

INTERSECCIONALIDADE E OUTROS OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA PELA COVID-19

INTERSECTIONALITY AND OTHER VIEWS ON VIOLENCE AGAINST WOMEN IN TIMES OF PANDEMIC BY COVID-19

Jeanine Pacheco Moreira Barbosa¹

Rita de Cassia Duarte Lima²

Gabriela de Brito Martins Santos³

Solange Drumond Lanna⁴

Maria Angélica Carvalho Andrade⁵

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo problematizar o aumento das violências domésticas durante o isolamento social em tempos de pandemia. Partindo das contribuições dos estudos interseccionais e da filosofia da diferença, nascida no âmbito do Movimento Institucionalista francês, toma-se a pandemia como acontecimento e dispositivo analítico para criar um campo de leitura que busca evidenciar as relações dinâmicas que atravessam o aumento da violência contra a mulher durante o isolamento social, descrevendo os efeitos produzidos a partir do tensionamento entre gênero e outras intersecções.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2549903749170929>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1024-4378>. E-mail: jeaninepacheco@yahoo.com.br.

² Professora Voluntária do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2384472795664270>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5931-398X>. E-mail: ritacd@gmail.com.

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5568538631642633>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1274-3664>. E-mail: brito.gabby@gmail.com.

⁴ Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Saúde, Gerência de Vigilância em Saúde, Coordenação de Vigilância Epidemiológica, Núcleo de Prevenção das violências e promoção da saúde/NUPREVI. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9597488082767464>, ORCID: [0000-002-2833-6740](https://orcid.org/0000-002-2833-6740). E-mail: nuprevi.vitoria@yahoo.com.br.

⁵ Professora Adjunta do Departamento de Medicina Social e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5427520110626795>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3690-6416>. E-mail: geliandrade@gmail.com.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Pandemias. Interseccionalidade. Identidade de gênero. Isolamento social.

ABSTRACT

This essay aims to discuss the increase of domestic violence during social isolation in times of pandemic. Starting from the contributions of intersectional studies and from the philosophy of difference, born within the scope of the French Institutional Movement, the pandemic is taken as an event and analytical device to create a reading field that seeks to highlight the dynamic relationships that go through the increase of violence against women during social isolation, describing the effects produced from the tension between gender and other intersections.

Keywords: Domestic Violence. Pandemics. Intersectionality. Gender Identity. Social Isolation.

INTRODUÇÃO

Eu decidi que é melhor gritar. O silêncio é o verdadeiro crime contra a humanidade.

Carolina Maria de Jesus

A violência contra a mulher é um fenômeno que tem ganhado grande repercussão nacional e mundial nesse contexto de pandemia pela COVID-19, que afeta a todos, mas tem afetado diferentes grupos de pessoas, de distintas maneiras, aprofundando as desigualdades existentes. Dados iniciais indicam que a pandemia está tendo consequências sociais e econômicas devastadoras para mulheres e meninas, podendo, inclusive, reverter o progresso limitado feito na igualdade de gênero e nos direitos das mulheres (ONU MULHERES, 2020a).

Esses dados tem gerado uma preocupação constante entre pesquisadores(as), e alguns estudos e referências midiáticas, vistos de forma fragmentada, podem sugerir que o aumento da violência contra a mulher se deve à pandemia, numa relação direta de causalidade, esvaziando toda e qualquer análise de uma perspectiva histórica e social das questões que envolvem a violência de gênero. Entende-se história como o passado que está vivo no presente e pode estar, se já não está, determinando o futuro, lançando-se um olhar que toma a

história não como uma repetição de fatos, mas como uma reconstrução a partir de novas perspectivas e acontecimentos (BAREMBLITT, 1996).

Ao capturar a vivência dessas mulheres durante a pandemia, pautando-se em modelos estanques e homogêneos, que não consideram o processo de historicização das violências de gênero, corre-se o risco de gerar verdades totalizantes pautadas em binarismos e fragmentações. Dessa forma, muitas dessas mulheres poderiam ser silenciadas ou emudecidas por discursos cientificistas, acadêmicos e midiáticos, atravessados por posicionamentos cheios de certezas.

Em uma pandemia, gerada por um vírus que nem mesmo é visível para a população e sobre o qual ainda não se tem conhecimento suficiente, não se deve transformar o paradigma científico em um paradigma de verdades e certezas, levando-se em consideração a imprevisibilidade da vida. Contudo, a ciência nos dá um método confiável para lidar com essas situações de instabilidade e é aí reside o seu maior valor.

Nesse momento desafiador, faz-se ainda necessário refletir sobre as dimensões de gênero imbricadas no surto e descrever essa realidade complexa, o que inclui reconhecer as várias formas de opressão feminina e suas vulnerabilidades agregadas, que devem ser consideradas nessa análise, de modo a questionar às consequências imediatas e de longo prazo, a partir de um olhar ampliado e historicizado sobre a atual crise para as mulheres (ONU MULHERES, 2020b).

Por isso, ao propor este ensaio, busca-se fomentar o diálogo desde uma análise da complexidade, onde seria possível articular o local - singular (microsocial) - com as representações e formas instituídas em um contexto mais amplo - social (macrossocial) - favorecendo a análise das implicações sócio-histórico-políticas pelo coletivo (BAREMBLITT, 1996).

Nesse aporte, a proposta deste ensaio é problematizar o aumento das violências domésticas a partir do analisador histórico isolamento social em tempos de pandemia causada pela COVID-19, considerando os estudos interseccionais e o pensamento pautado na complexidade e na filosofia da diferença.

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: RUÍDOS E SILÊNCIOS

Não quero que ninguém ignore meus gritos de dor, e quero que eles sejam ouvidos.

Antonin Artaud

Desde a introdução de medidas de isolamento social para impedir a propagação da COVID-19, quatro bilhões de pessoas em todo o mundo estão se abrigando em casa (ONU MULHERES, 2020c). Com grande parte do mundo sob quarentena, começa-se a ouvir que um dos efeitos da pandemia é o aumento na violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica perpetrada por parceiros íntimos, pois as mulheres agora estão “presas” em casa com seus agressores (ONU BRASIL, 2020).

Nesse contexto da pandemia, ressalta-se que as mulheres sobreviventes da violência também podem enfrentar obstáculos adicionais para fugir de situações violentas ou acessar ordens e serviços essenciais de proteção para salvar suas vidas, devido a fatores como cortes orçamentários e restrições ao movimento em quarentena (ONU MULHERES, 2020d).

A estratégia de confinamento orientada pelas autoridades sanitárias, necessária e fundamental ao enfrentamento da COVID-19, tem também sido considerada responsável pelo aumento exponencial da violência doméstica em vários países. Na China, país de origem do vírus e primeiro epicentro da pandemia, foi registrado um número recorde de pedidos de divórcio, o que indica que a situação de enclausuramento domiciliar gera aumento dos conflitos conjugais (GOULART, 2020).

Na Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, autoridades governamentais, ativistas dos direitos das mulheres e parcerias da sociedade civil denunciaram crescentes indicadores de violência doméstica durante a pandemia e aumento da demanda por abrigos de emergência (ONU BRASIL, 2020).

No Reino Unido, as denúncias contra abuso cresceram 65%, acompanhados por aumento de registros também nos Estados Unidos, na Austrália e na França. Nesse contexto, a Índia viu dobrar as estatísticas de violência doméstica na primeira semana de confinamento; na França, os casos cresceram em um terço na primeira semana de confinamento, de acordo com autoridades; enquanto a Austrália reportou aumento de 75% em buscas na internet relacionadas ao apoio às mulheres em situação de violência doméstica (MOHAN, 2020; DEUTSCHE WELLE, 2020).

Apesar de a Diretora-Executiva para Mulheres da Organização das Nações Unidas (ONU) ressaltar que nos países em desenvolvimento existem menos oportunidades para esses tipos de denúncias, uma vez que é muito difícil para mulheres vulneráveis socioeconomicamente conseguirem fazer denúncias de violência doméstica enquanto vivem com os abusadores em residências com um ou dois dormitórios, no Brasil, já existe registro de aumento de violência doméstica no estado do Rio de Janeiro e, ainda, na Baixada Santista

(SP), a procura ao abrigo para mulheres em situação de violência triplicou (GOULART, 2020; MOHAN, 2020).

Dados da Secretaria de Segurança de São Paulo, divulgados em 15 de abril de 2020, evidenciam que os assassinatos de mulheres em casa dobraram nessa cidade durante quarentena pela COVID-19. Além disso, um levantamento realizado pelo Ministério Público de São Paulo mostrou que os pedidos de medidas protetivas de urgência feitas pelas mulheres aumentaram 29% no mês de março, em comparação com o mês de fevereiro deste ano. Além disso, o número de prisões em flagrante por violência contra a mulher (homicídio, ameaça, constrangimento ilegal, cárcere privado, lesão, estupro, etc.) também aumentou de 177 no mês de fevereiro para 268 em março de 2020. Nesse contexto, chama a atenção a redução no número de inquéritos policiais e processos nesse período, por que os prazos na justiça, em princípio, estão suspensos até o fim de abril de 2020 (MARIANI; YUKARI; AMÂNCIO, 2020).

Segundo dados do Ligue 180, a quarentena recomendada por governos estaduais e municipais como forma de conter a propagação da COVID-19 provocou um aumento de aproximadamente 9% no número de ligações para o canal que recebe denúncias de violência contra a mulher. Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a média diária entre os dias 1 e 16 de março de 2020 foi de 3.045 ligações recebidas e 829 denúncias registradas, contra 3.303 ligações recebidas e 978 denúncias registradas entre 17 e 25 deste mês (BRASIL, 2020).

Entretanto, é relevante destacar a existência da subnotificação crônica das formas de violência doméstica, anterior a COVID-19, onde menos de 40% das mulheres sob situação de violência buscavam qualquer tipo de ajuda ou denunciavam o crime e, destas, menos de 10% das mulheres procuravam ajuda policial. O contexto atual da pandemia, com maiores limitações no acesso de mulheres a telefones e linhas de ajuda e interrupção dos serviços públicos como polícia, justiça e serviços sociais, tem apontado para a existência de maiores discrepâncias na situação atual estimada das mulheres em situação de violência doméstica (ONU BRASIL, 2020).

A crise instaurada pela pandemia é da ordem social, econômica e sanitária e as medidas emergenciais necessárias adotadas podem, sem dúvida, aumentar a vulnerabilidade das mulheres. O isolamento social aliado à precarização dos vínculos de trabalho, o desemprego, a dupla jornada de trabalho (remunerado e não remunerado) exercida em casa e fora dela, pode resultar em mais violências, sobretudo institucionais, pois a injusta divisão sexual do trabalho em nossa sociedade sobrecarrega as mulheres, a quem é confiado também,

o trabalho de cuidadora dos membros da família, como o cuidado com as crianças, idosos e doentes. Além disso, existem as mulheres, chefas de família monoparentais, que são impossibilitadas de acessar o direito a autoproteção uma vez que são obrigadas a trabalhar durante a quarentena para garantir seu sustento. Como exemplo é possível citar os profissionais de saúde, na sua maioria mulheres, empregadas domésticas, atendentes de lojas, supermercados, dentre outros. Por isso, é preciso pensar nessas mulheres e como a pandemia as tem afetado de formas diferentes.

Ademais, o suporte social diminuiu com o fechamento de creches, estabelecimentos de ensino e religioso, serviços de proteção à mulher como delegacias e centros de referência à violência doméstica. Tudo isso constitui um risco maior para aquelas mulheres que estão trancadas em casa com seus agressores, pois as impede de obter algum tipo de auxílio ou apoio social. As unidades Básicas de Saúde, sobretudo em comunidades mais vulneráveis e os hospitais tem priorizado os casos da COVID-19, o que pode gerar uma carência no atendimento a outras questões de saúde como o acompanhamento de grávidas e portadoras de doenças crônicas.

Esses dados geram ruídos que provocam incômodos e podem legitimar a compreensão de que a violência contra a mulher é uma resposta **natural** e **normal** para os momentos de crise. Por isso, considera-se importante refletir sobre as interseccionalidades a partir da problematização do fenômeno da violência doméstica em tempos de pandemia que permita uma análise capaz de religar os conhecimentos fragmentados em especializações na era moderna.

É preciso romper com uma visão monolítica de análise e valorizar a interseccionalidade como uma ferramenta que consegue avaliar contextos e teorias, levando-se em consideração uma perspectiva que considere as intersecções entre outras categorias além do gênero, sendo capaz de lidar com mais de uma forma de opressão e discriminação simultaneamente presentes (KYRILLOS, 2020). Com esse entendimento, os processos discriminatórios “não são compreendidos isoladamente, nem se propõem a uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem” (KYRILLOS, 2020, p.1).

Ao tomar os dados preliminares sobre violência contra as mulheres divulgados em artigos, mídia social e internet percebe-se uma espécie de **ruído**, que incomoda e perturba, fazendo ressoar algumas perguntas: De que mulheres tratam os dados divulgados? Quais mulheres estão expressando a vivência dessa violência doméstica? Quais cotidianos estão

imersos em constantes conflitos? Seria a pandemia responsável pela violência doméstica e seu aumento?

Contudo, ainda mais importante do que descrever os ruídos é necessário questionar o que esses ruídos abafam e silenciam: Como a violência atinge as diferentes mulheres no país? Por que a violência se faz habitual em alguns corpos mais do que outros? A violência doméstica estaria restrita a uma determinada raça/etnia e/ou classe social? Como esses dados afetam a produção de subjetividade da sociedade? O que se pode “ler” sobre esse fenômeno tomando a pandemia como acontecimento inesperado? Que consequências essa leitura pode ter sobre as políticas públicas relacionadas à violência contra as mulheres?

É importante destacar que essa pandemia não é apenas um problema de saúde pública, ela é considerada um choque social profundo, no qual as mulheres estão no centro dos esforços de atendimento e resposta em andamento. É necessário e desafiador reconhecer a violência que está emergindo agora como uma característica sombria dessa pandemia da COVID-19 e garantir que seus direitos sejam respeitados, fatores essenciais para fortalecer os esforços de prevenção, resposta e recuperação (ONU MULHERES, 2020d; ONU MULHERES, 2020e).

Contudo, é importante lembrar que a violência contra as mulheres não surge com a pandemia e, segundo a Organização Mundial de saúde (OMS), suas causas estão alicerçadas em fatores histórico-sociais tais como a desigualdade de gênero, econômica, machismo estrutural entre outros (OMS, 2012).

Para problematizar essa questão propõe-se uma escrita afetiva que se afirma desde um olhar implicado, que refuta a neutralidade científica para produzir reflexões sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia, adotando um paradigma ético-estético-político, encerrando três dimensões: ética porque avalia se as contribuições potencializam a vida, estética porque há uma preocupação com os processos criativos e instituintes de novos modos de vida e finalmente, política porque é preciso se responsabilizar pela produção do conhecimento e pela forma como a mesma afeta os coletivos e indivíduos (BAREMBLITT, 1996).

Dessa forma, a pandemia também é compreendida como um analisador histórico, um acontecimento inesperado, que evidencia um campo de disputa de forças, entre o microssocial e o macrossocial, tornando visível àquilo que é naturalizado pelas instituições para que dessa forma seja possível colocá-lo em análise.

PANDEMIA ENQUANTO ACONTECIMENTO E OUTROS DISPOSITIVOS DE ANÁLISE

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

Marina Colasanti

Na busca pela produção de um conhecimento que acompanha o processo e que escape das análises isoladas, este ensaio faz um esforço para esclarecer de que lugar se fala, quais janelas se abrem e quais paisagens se contemplam. O isolamento social requerido pela pandemia da COVID-19 pode trazer segurança para algumas mulheres, contudo também é preciso desnaturalizar o olhar que generaliza e perceber que o mesmo acontecimento, em contextos diferentes, também pode afetar mulheres de formas diversas, gerando medo e dor.

Em um esforço para escapar dos discursos de massificação que erguem um pensamento preponderante e a consequente destruição das diferenças, considera-se necessário ampliar esse olhar, abrindo mais as cortinas. No lugar de adotar o termo “a mulher” que generaliza, reduz e limita, faz-se necessário pensar em “uma mulher” que permite a visibilidade de várias singularidades ao mesmo tempo em que multiplica perspectivas, estabelecendo uma relação rizomática, horizontalizada, como fluxos em movimentos que estão constantemente se transformando diante desse fenômeno complexo que é a violência doméstica em tempo de pandemia (BARBOSA, 2020).

Tal forma de pensar tem origem no Movimento Institucionalista francês, que buscou a lógica da diferença na intenção de provocar rupturas com pensamentos e práticas instituídos e cristalizados, aceitos pela sociedade como se fossem naturais (BARBOSA, 2020)

Segundo Barembritt (1996), o termo Movimento Institucionalista ou Institucionalismo representa práticas e experiências oriundas de uma série de teorias, que têm a autogestão e a

autoanálise como premissa e que buscam dar passagem a experiências inusitadas, acolhendo novos modos de vida.

Tal aporte se alinha ao objeto deste estudo, uma vez que se busca uma perspectiva ampliada sobre a questão da violência contra a mulher em tempos de pandemia a partir da análise das conexões sobre esse fenômeno que se estabeleceram e continuam se estabelecendo em nossa sociedade. Análise entendida, sobretudo “como um esforço para desmanchar, desfazer uma trama discursiva sobre a ideia de mulher dentro da perspectiva binária e sexista” (KRAHE; MATOS, 2010, p.4).

Por isso, a abordagem deste ensaio parte da perspectiva da complexidade, em que se acolhem as contribuições de vários campos teóricos que se entrecruzam, favorecendo a abordagem transdisciplinar, rizomática, que amplia em vez de reduzir, tão necessária aos estudos da saúde coletiva.

Identificar que as mulheres têm vivenciado um aumento da violência doméstica em tempos de pandemia não é suficiente para descrever as suas experiências, muito menos para estabelecer uma relação causal direta entre pandemia e violência doméstica. É preciso perguntar onde estão essas mulheres, a partir de uma análise interseccional, considerando-se como as diversas categorias relacionadas a elas e à violência doméstica constituem e são constituídas nas e pelas instituições e estruturas hegemônicas (FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2010).

Diante disso, lança-se um olhar para a pandemia como *acontecimento*, tomando-a como **analisador histórico**, capaz de fazer emergir questões naturalizadas no campo de forças constituído entre a pandemia e a violência doméstica contra as mulheres. Segundo Rodrigues, Leitão e Barros (1992, p.42):

[...] analisador histórico, trata-se de um acontecimento ou movimento social, que vem ao nosso encontro, inesperadamente, condensando uma série de forças, até então dispersas. Nesse sentido, realiza a análise por si mesmo, a maneira de um catalizador químico de substâncias.

O fato de todas as mulheres estarem confinadas em suas casas concentra no ambiente doméstico todas as formas de violência vivenciadas por elas na sociedade, tornando-as mais evidente e fazendo emergir esse fenômeno como uma questão de gênero, portanto intimamente ligada às estruturas patriarcais, que se manifestam através do sexismo e machismo.

O foco deste ensaio não está, portanto, nas origens ou relações de causalidade, mas na percepção do processo em que essas forças ganham expressão a partir das diferentes

categorias que atravessam o fenômeno da violência contra as mulheres, dando passagem às diversas formas (in)visibilizadas dessa violência operada pelas instituições na sociedade.

Ao considerar o aumento da violência contra as mulheres, especialmente a violência doméstica, como um dos efeitos da pandemia, corre-se o risco de privatizar um problema social: o isolamento social por si só não ocasiona a violência, mas tem a potência de colocar em evidência as vivências dessas mulheres em situação de violência doméstica e de desvelar o machismo estrutural como real gerador da violência, dando ênfase às desigualdades raciais, de gênero e de classe social, além das opressões decorrentes das relações dentro do sistema patriarcal, estruturado historicamente na sociedade brasileira, e que tem impactos deletérios, particularmente sobre as mulheres.

As violências têm historicidade e tem se manifestado das mais variadas formas, dependendo do ângulo que se direciona o olhar. Historicamente, as barreiras impostas pelas desigualdades raciais e de gênero têm sido determinantes no processo saúde-doença-cuidado das mulheres, particularmente das mulheres negras (GOES; NASCIMENTO, 2008).

Nesse sentido, cabem reflexões interseccionais acerca dos marcadores de raça, gênero e classe social, dentre outros, que se relacionam e se destacam na produção de desigualdades, impactando o acesso qualificado à saúde, à educação, ao emprego e renda, à justiça etc., e que são relevantes para a discussão sobre a violência contra as mulheres (LAVOR FILHO et al., 2018).

INTERSECCIONALIDADES COMO PRODUÇÃO DE NOVOS OLHARES

Na primeira aldeia aonde chegou, depois de muito caminhar, ofereceu-se de casa em casa para fazer serviços de mulher. Porém ninguém quis aceitá-la porque, com aquela barba, parecia-lhes evidente que fosse homem. Na segunda aldeia, esperando ter mais sorte, ofereceu-se para fazer serviços de homem. E novamente ninguém quis aceitá-la porque, com aquele corpo, tinham certeza de que era mulher.

Marina Colasanti

Apesar de consagrados há mais de três décadas, alguns autores afirmam que os estudos sobre a interseccionalidade dão a impressão de que ‘todos’ realizam um trabalho interseccional, embora haja pouco consenso sobre o que a interseccionalidade realmente significa.²⁰

A perspectiva da interseccionalidade nos auxilia a pensar como se entrecruzam e potencializam, os eixos de opressão, uma vez que, do ponto de vista analítico, permite identificação dos problemas sociais, capturando suas consequências estruturais e dinâmicas das complexas intersecções entre os vários eixos de subordinação, que se entrecruzam e se potencializam, conforme exemplificado na figura 1 (CRENSHAW, 2002).

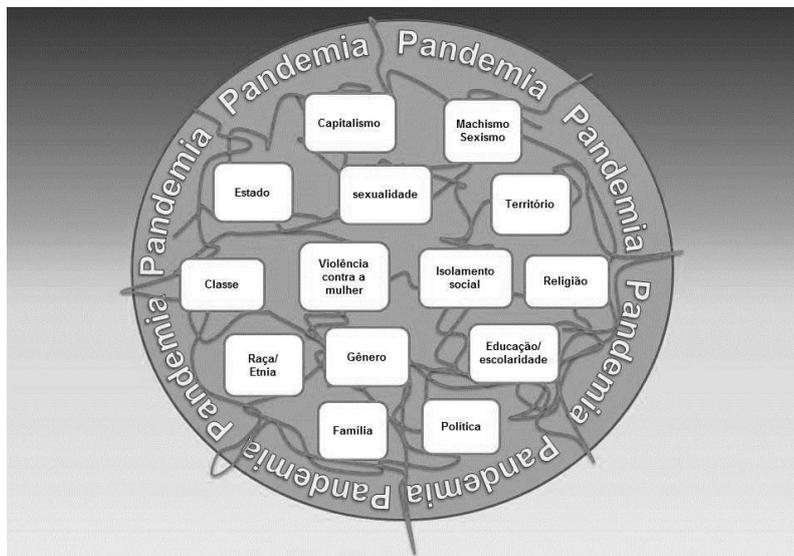


Figura 1. Campo de leitura das intersecções no contexto da pandemia
Fonte: Produção dos autores (2020)

Observando o campo de leitura representado, percebe-se que a valorização das diferenças aliada aos estudos interseccionais têm a potência de produzir investigações a partir de uma visão menos fixa e dicotômica em relação às diversidades. Contudo, é importante ressaltar que a interseccionalidade deve ser evitada a partir de análises de categorias isoladas, mesmo que em constante diálogo, por serem consideradas de maneira estável e absoluta. O que se propõe é um olhar que perceba a dinâmica de transformação dessas categorias, ao mesmo tempo em que transformam umas as outras e são transformadas. Dessa forma, cada uma delas se desestabiliza e o foco passa a ser o processo no qual as mesmas estão **sendo**, ou seja, **estão se fazendo** constantemente.

Um tema central a ser discutido dentro do debate da interseccionalidade é o significado de “mulher”, que deve levar em conta fatores econômicos, políticos, culturais, físicos, subjetivos e de experiência. Dell’Agió e Machado alertam para o risco de se buscar

uma unidade no “ser mulher”, pois pode excluir corpos desviantes de um padrão instituído culturalmente, e produzir apagamentos em relação a possíveis violências dentro do próprio campo do “ser mulher”, em função de outras violências que as mulheres podem sofrer, como aquelas relacionadas ao sexo, à classe, à raça, à pobreza, entre outros marcadores bastante imbricados nas violências do Estado (DELL’AGLIO; MACHADO, 2019).

Necessário se faz então, compreender o conceito de gênero, para além da categorização binária a fim de reposicionar a questão da violência contra as mulheres durante a pandemia, valorizando também as intersecções existentes entre os diversos marcadores (gênero, raça/cor, nível educacional, classe social, dentre outros) que só podem ser compreendidos de forma articulada nas interações entre as possíveis diferenças e desigualdades presentes em experiências sociais distintas, coletiva e individualmente. Esse entrecruzamento entre gênero e demais condições, para este ensaio, são entendidos como analisadores que nos permitem problematizar as vulnerabilidades e acolher as singularidades ao adotar a perspectiva da complexidade.

As contribuições do movimento feminista têm auxiliado na compreensão do fenômeno da violência contra a mulher como uma expressão de violência de gênero. No cenário contemporâneo, Butler traz reflexões sobre a impossibilidade de existência de uma “mulher universal”, criando uma “categoria performativa” de gênero que acolhe toda a diversidade existente permitindo que cada um(a) tenha a liberdade de desenvolver uma forma própria de viver o gênero (BUTLER, 2003).

Nesse contexto, Ribeiro chama atenção sobre a necessidade de que, ao se falar em mulheres, deve-se sempre perguntar de que mulheres se fala, uma vez que mulheres não podem ser vistas como uma categoria unitária, um bloco único, já que possuem diferentes pontos de partida. Assim, a autora afirma a importância de não universalizar essa categoria, sob o risco de se manter na invisibilidade aquelas mulheres que combinam ou entrecruzam opressões (RIBEIRO, 2018).

Com esse entendimento, o cotidiano das relações sociais de gênero – desde o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, emprego mal pago e dependência econômica, até a violência sexual e a exclusão das mulheres de centros-chave de poder político e cultural –, ganhou novo significado à medida que deixou o domínio da verdade absoluta para ser interrogado e enfrentado (BRAH, 2006).

Nesse sentido, é importante perceber o gênero como categoria analítica relevante e a interseccionalidade como a perspectiva teórica que dialoga com as experiências subjetivas das mulheres em situação de violência, no contexto da pandemia pela COVID-19 (LÓPEZ, 2013).

Segundo Brah (2006), a experiência é um conceito-chave para esse entendimento, sendo necessário ultrapassar a categorização binária do conceito de gênero e distinguir a diferença como marcador de distintividade entre as “histórias” coletivas e a experiência pessoal inscrita na biografia individual. Para essa autora, o gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo a localização da mulher dentro de relações globais de poder - que se realiza por meio de processos econômicos, políticos e ideológicos -, e essas “diferenças” se articulam constantemente, mas não podem ser compreendidas como uma relação direta de uma a partir da outra, pois o significado atribuído a determinado evento é variável de um indivíduo para outro (BRAH, 2006).

Outro importante aspecto a ser destacado é o fato de que a interseccionalidade deve ser compreendida de forma rizomática e não hierarquizada, como encruzilhada, como ponto de contato entre linhas, elementos e categorias, como vetores e nódulos que se conectam e desconectam, e onde as intersecções concretas, as hierarquias e a elaboração não são predeterminadas, estando em constantes mudanças e variação de potência, refletindo seu caráter amorfo e expansivo (FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2010).

Assim, tomando a pandemia como dispositivo analítico, a interseccionalidade deve focalizar as mulheres que assumem as posições nessas intersecções, recuperando-as como sujeitos dos múltiplos emaranhados de sua contextualização social, incluindo o isolamento social como uma das categorias de intersecção. Trata-se, portanto, segundo esses autores, de vislumbrar uma interseccionalidade ensejada na perspectiva feminista pós-estruturalista (FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2010).

Na prática, a interseccionalidade lança novos olhares sobre o desafio de fazer emergir as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, que trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas e estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias e classes, dentre outras (ASSIS, 2018).

Não se pode falar de interseccionalidade sem situar o feminismo negro, onde uma das suas contribuições centrais foi questionar a universalidade do patriarcado como sistema de dominação, que encobriu as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as como mulheres e reduzindo-as a sua raça (CRENSHAW, 2002).

Esse conceito ganhou notoriedade a partir das formulações feministas de Crenshaw, nas décadas de 1970 e 1980, surgidos como aparato teórico que buscou focalizar e valorizar os posicionamentos de mulheres negras nas leis e movimentos de direitos civis nos Estados

Unidos, trazendo um consenso de que os direitos humanos das mulheres não deveriam se limitar às situações em que os seus problemas se parecessem aos vivenciados pelos homens. Essa noção de interseccionalidade remete às dimensões de empoderamento e desempoderamento, sendo esse último referido à maneira pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades ((FERRAZ; TOMAZI; SESSA, 2010; CRENSHAW, 2002; ASSIS, 2018; COSTA, 2013).

O sentido do conceito de interseccionalidade é entendido a partir de uma metáfora de encontro de avenidas, onde os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas, que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos, e é através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. De acordo com Crenshaw (2002), “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Destaca-se que, assim como essa metáfora remete a forças dinâmicas provenientes de diversas direções, o conceito de interseccionalidade também remete a um caráter dinâmico da discriminação e desempoderamento provocados por diversos eixos de poder. Portanto, categorias como raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas e analisadas isoladamente, elas são indissociáveis e interdependentes (COSTA, 2013). Por sua vez, Ribeiro evidencia que intersecção quer dizer multiplicidade e, na abordagem do “ser mulher”, por exemplo, é imprescindível a consideração de questões de raça, orientação sexual, identidade de gênero etc., a fim de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes (RIBEIRO, 2017).

Nesse sentido, Ribeiro chama atenção para a necessidade de não se homogeneizar as questões referentes às mulheres, particularmente as negras, uma vez que essa é uma categoria diversa e diz respeito ao modelo de sociedade que se busca construir. Para isso, “mulheres negras vem historicamente pensando a categoria mulher de forma universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades e diversidades de ser mulher” (RIBEIRO, 2018, p.123).

Nesse âmbito, cabe ressaltar, em um contexto de pandemia, para além do isolamento social, que é preciso pensar no isolamento histórico de mulheres, que vem sofrendo múltiplas violências e invisibilidades através do tempo, com raízes na produção de subjetividades assujeitadas ao modo de produção capitalista (BAREMBLITT, 1996).

Mas, como se dá esse processo de produção de subjetividade assujeitada? Para o institucionalismo não existe um sujeito universal e imutável em todas as sociedades com apenas variações de desenvolvimento. O que existe são processos de produção de subjetividade que reproduzem ou não, sujeitos idênticos ou similares, segundo os padrões dominantes. Homens e mulheres entram nos processos sociais determinados por forças desejantes, modos de pensar/agir que não controlam e não conhecem (prazer, sofrimento) que são os mecanismos subjetivos profundos. Por meio desse mecanismo que impregna todas as instituições, os grandes organismos a serviço do Estado e do mercado capitalista capturam as forças desviantes, ou seja, mulheres que não se comportam de acordo com os modelos estabelecidos, por meio de uma antiprodução que resulta na destruição de tudo aquilo que é singular e novo. Essa reprodução do mesmo é uma das formas mais comuns da exploração capitalista que resulta na expropriação da potencia de agir de cada mulher, impossibilitando a autogestão de sua própria vida (BAREMBLITT, 1996).

A partir dessa ideia é possível refletir sobre a dificuldade que a sociedade tem de acolher as singularidade ou aquelas mulheres que “escapem” dos padrões estabelecidos, pois elas representam um desafio para a manutenção do *status quo* que está a serviço dos meios de produção. Quando a sociedade não consegue incorporar esses padrões desviantes transformando-os em mercadorias a partir de uma lógica dos sistemas, resolve então, deixá-las morrer ou mata-las por meio de mecanismos construídos de formas mais ou menos deliberadas. Como resultado, surgem as guerras, violências contra as mulheres, preconceitos raciais/étnicos, dentre outros.

Assim, dependendo do contexto, a noção de interseccionalidade pode ser utilizada não somente para analisar efeitos advindos da opressão e do desempoderamento, mas também para analisar a mobilização política (COSTA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA POSSÍVEIS (RE)COMEÇOS

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos despossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou de volumes reduzidos.

Gilles Deleuze

A aposta deste artigo foi problematizar o aumento da violência doméstica durante o contexto da pandemia utilizando o aporte teórico dos estudos interseccionais e institucional, articulando o singular (microsocial) com o contexto macrossocial, buscando evidenciar os processos, posicionamentos e fluxos num ressoar da pandemia como acontecimento, permitindo desnaturalizar o instituído.

A filosofia da diferença aponta para um **outro** olhar que se inquieta e problematiza diante do desafio de como romper com essa naturalização histórica da violência contra a mulher, dando passagem a um ideia de mulher não como categoria fixa e acabada, mas em constante movimento e transformação, na medida em que os acontecimentos as afetam, podendo ser traduzida como um devir-mulher ou seja, um vir a ser, fluido que carrega a possibilidade de invenção de novas formas de ser/viver.

Entende-se esse processo como produção de “linhas de fuga que desfazem as essências e as significações em proveito de uma matéria mais intensiva onde se movimentam os afetos” (KRAHE; MATOS, 2010, p.5). E é justamente a partir da visibilidade da expressão dessas singularidades que pensou-se a diferença como possibilidade de estranhamento e de território de luta para questionar as produções de significados homogeneizantes e naturalizadores na sociedade.

Diante do exposto é possível pensar que territórios de cuidados para além dos processos saúde-doença são possíveis ensejar numa perspectiva que se vislumbrem afetos, empatias, solidariedade, sororidade e emancipação/libertação de mulheres e homens no contexto pandêmico que escapem de protocolos hierarquizados pautados em categorias cristalizadas e imutáveis.

Debruçar-se sobre a noção da pandemia como acontecimento foi fundamental para resgatar essa reflexão a partir da concepção histórica sobre o tensionamento da categoria gênero e outras intersecções. A convocação aqui desdobrada, a partir do olhar da pandemia como analisador, aciona o entendimento das forças constituídas (instituídas) e em constituição (instituintes), numa relação na qual o conflito é mobilizador e as mulheres, protagonistas no tensionamento, na resistência e na subversão da lógica em vigor.

O aporte teórico da interseccionalidade e da filosofia da diferença permitiu tomar a categoria gênero como dispositivo analítico relevante, evidenciando suas diversas intersecções a partir do diálogo com as experiências subjetivas das mulheres em situação de violência, no contexto da pandemia pela COVID-19 (LÓPEZ, 2013).

A partir dessa perspectiva, foi possível descrever como o isolamento social, entendido como uma intersecção tem afetado as mulheres sobre a violência que as oprime, pela

separação das pessoas e dos recursos que podem ajudá-las no enfrentamento às situações de violência, mas, sobretudo pela (in)visibilidade histórica da violência doméstica propiciada pela sua ocorrência no espaço privado, legitimada pelas instituições, como o Estado, e ampliada durante a pandemia pela evidente diminuição da capacidade de resposta dos serviços essenciais de proteção às mulheres, o que pode vir a encobrir a magnitude dessa realidade. Por essa ótica, o isolamento social por si só, não ocasiona a violência, mas quando tomado como acontecimento e analisador histórico tem a potência de fazer emergir as singularidades apagadas pela generalização, desvelando como o machismo estrutural se configura na sociedade através da análise interseccional que leva em consideração os entrecruzamentos entre as categoria desigualdades raciais, de gênero e de classe social, oriundas das relações opressivas do sistema patriarcal, estruturado historicamente na sociedade brasileira.

Ressalta-se que, além de considerar os efeitos variados nos quais os múltiplos eixos de diferenciação se articulam em contextos historicamente específicos, a perspectiva interseccional também permite visualizar ações políticas que podem gerar processos de desconstrução dessas desigualdades, ampliando as possibilidades de mudanças institucionais no sentido da promoção de igualdade racial e de gênero (DELL'AGLIO; MACHADO, 2019).

O aumento da violência doméstica aparece, por um lado, como analisador das práticas instituídas que silenciam as mulheres a partir da reprodução de subjetividades assujeitadas. Por outro lado, como manifestação dos processos de captura do sistema capitalista que cria modelos a serem seguidos pela sociedade, que acaba por naturalizar e privatizar os processos de violência contra as mulheres, gerando preconceitos e estigmatizações.

Ao se pensar o fenômeno histórico da violência doméstica e sua agudização no contexto da pandemia pela COVID-19, a perspectiva teórica da interseccionalidade aliada ao Institucionalismo denuncia como a violência se organiza na sociedade patriarcal brasileira, abrindo passagem para processo de produção de subjetividades livres, potentes e revolucionárias construindo com e para as mulheres possibilidades outras de ser/viver durante o distanciamento e isolamento social.

Assim, quando se fala em interseccionalidade como produção de lugar de fala por um posicionamento epistemológico, um debate estrutural, coletivo, afirma-se aqui, mais do que experiências individuais, fala-se de um lócus social, do direito à existência digna, à voz, que muitas vezes esse lugar imposto historicamente às mulheres dificulta a possibilidade de transcendência. Fala-se de condições sociais que permitem ou não que essas mulheres acessem lugares de cidadania e oportunidades (RIBEIRO, 2017).

Embora haja destaque para a dimensão opressiva, discriminatória e exploratória das relações de poder, faz-se necessário destacar também a dimensão de ativismo e mobilização política trazida por esse conceito, que pode conduzir a formas democráticas de agenciamento político (BRAH, 2006).

Destaca-se a importância da valorização das singularidades e da diferença, buscando entender como os diversos fluxos e avenidas interseccionais atravessam as mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19. Lançando um olhar processual sobre o fenômeno da violência contra as mulheres e suas diversas intersecções que estão constantemente se reformulando, é possível arquitetar vias constantes de inauguração de novas possibilidades, mais criativas, acolhendo os processos produtivos desejantes, que permitam à sociedade gerar os homens e mulheres de que precisa.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, JF. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 547-565, dez. 2018.
- BARBOSA, J. (Des)tecendo a produção de cuidado à mulher em situação de violência. Rio de Janeiro: Bonecker, 2020, 236 p.
- BAREMBLITT, GF. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1996.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, jun. 2006.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Coronavírus: sobre o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena. 2020. Disponível: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/todas-as-noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>>. Acesso em: 13/04/2020.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236p.
- COSTA, JB. Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 471-489, dez. 2013.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DELEUZE, G. Conversações: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELL'AGLIO, DD; MACHADO, PS. Trajetórias e experiências: a construção do sujeito político feminista desde uma perspectiva interseccional. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 2, e48556, 2019.

DEUTSCHE WELLE. Violência contra mulheres. ONU apela por proteção para mulheres durante isolamento social. 2020a. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/deutsche-welle/2020/04/06/onu-apela-por-protecao-a-mulheres-durante-isolamento-por-coronavirus.htm?cmpid=copiaecola&fbclid=IwAR0z5uFDUd9DjGdtjTI3Tcq6vKOMTkOSQmEMcqGn6vqSyUnfUllv35QRcBI>>. Acesso em: 13/04/2020.

FERRAZ, D de M; TOMAZI, MM; SESSA, A. As mortes de Matheusa em uma notícia do Estadão: estudos interseccionais sobre preconceito, discriminação e violência física em relação à diversidade de gêneros. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte , v. 19, n. 4, p. 927-958, dez. 2019 .

GOES; NASCIMENTO. Mulheres negras e brancas: as desigualdades no acesso e utilização dos serviços de saúde no Estado da Bahia, PNAD - 2008. In: BATISTA, LE; WERNECK, J; LOPES, F. (Orgs.). Saúde da população negra (Coleção negras e negros: pesquisas e debates / coordenação Tânia Mara Pedroso Müller). 2. ed. Brasília, DF: ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012, p.274-287. Disponível em:<http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_negra.pdf>. Acesso em: 22/04/2020.

GOULART, D. Notas sobre uma leitura feminista da pandemia. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/notas-sobre-uma-leitura-feminista-da-pandemia/>>. Acesso em: 13/04/2020.

KRAHE, IB; MATOS, SR da L. Devir-mulher como diferença. Artigo escrito para o V CINFÉ (Congresso Internacional de Filosofia e Educação), Caxias do Sul, RS, 2010.

KYRILLOS, GM. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000100204&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 abr. 2020.

LAVOR FILHO, TL de et al . Análises Interseccionais a Partir da Raça e da Classe: Medo do Crime e Autoritarismo no Brasil. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 38, n. spe2, p. 223-237, 2018 .

LÓPEZ, LC. A mobilização política das mulheres negras no Uruguai: considerações sobre interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade. *Sex., Salud Soc.* (Rio J.), Rio de Janeiro, n.14, p. 40-65, ago. 2013.

MARIANI D., YUKARI D., AMÂNCIO T. Assassinatos de mulheres em casa dobram em SP durante quarentena por coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/assassinatos-de-mulheres-em-casa-dobram-em-sp-durante-quarentena-por-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 15/04/2020.

MOHAN M. Ele está cada vez mais violento: as mulheres sob quarentena do coronavírus com seus abusadores. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52104216?at_medium=custom7&at_custom4=F93EEE0C-742B-11EA-B5CA-8321933C408C&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_custom2=twitter&at_campaign=64&at_custom3=BBC+Brasil>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU BRASIL. Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras. 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras/amp/>>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. Acabar com a violência contra as mulheres no contexto do COVID-19. 2020d. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/acabar-com-a-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-do-covid-19/>>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. Coloque mulheres e meninas no centro dos esforços para se recuperar do COVID-19 - Declaração do Secretário-Geral da ONU, António Guterres. 2020a. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/statement-sg-put-women-and-girls-at-the-centre-of-efforts-to-recover-from-covid19>>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. De onde estou: “O fato de a violência doméstica não ser uma ofensa criminal no Cazaquistão está prejudicando as mulheres durante a crise do COVID-19”. 2020b. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/from-where-i-stand-dina-smailova-on-covid-19>>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. Em Foco. A igualdade de gênero é importante na resposta do COVID-19. 2020e. Disponível em: <www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response>. Acesso em: 13/04/2020.

ONU MULHERES. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. 2020c. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 13/04/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. Brasília: OMS/OPAS, 2012.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, H.B.C.; LEITÃO, M.B.S.; BARROS, R.D.B. Grupos e Instituições em análise. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.